

Diário do Legislativo de 16/02/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Solene da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Mesa da Assembléia

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO SOLENE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA EM 15/2/2006

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Declaração de instalação - Palavras do Sr. Presidente - Leitura da Mensagem Governamental - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalcleber Lopes - Adelman Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 10h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça; Conselheiro Wanderley Ávila, Corregedor do Tribunal de Contas, representando o Presidente, Conselheiro Eduardo Carone Costa; Cel. Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais; e Maj. Víctor Netto, representando o Comandante do Parque Aeronáutico de Lagoa Santa, Cel.-Av. Manoel Antonio Barreira.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença das Exmas. Sras. Marlene de Oliveira Nery, Defensora Pública Geral, e Beatriz de Souza, Corregedora-Geral da Defensoria Pública; e dos Exmos. Srs. Everaldo João Rola Braga, representando o Presidente da Fecomércio, Sr. Renato Rossi; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral Adjunto de Justiça; Sr. Glauco David de Oliveira Sousa, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais; Vereador Tenente Lúcio, Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia; e Vereadores Fábio José e Mauro, da cidade de Canápolis.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião solene à instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Declaração de Instalação

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a assistir, de pé, ao ato solene de instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária desta legislatura.

Declaro instalada a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Governador Aécio Neves; Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Wanderley Ávila, Conselheiro Corregedor, representando o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Eduardo Carone; Cel. Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG; Maj. Víctor Netto, representando o Parque Aeronáutico de Lagoa Santa; colegas Deputados e Deputadas; companheiros da imprensa.

Na abertura dos trabalhos desta sessão legislativa que encerra a presente legislatura, tenho consciência do momento que vem concluir um importante capítulo da história desta Casa, inserida no esforço de retomada do crescimento de Minas Gerais.

Como representantes do povo mineiro, é nosso dever corresponder à sua escolha, dever que temos exercido.

Pudemos participar, mas dentro de um contexto de especiais mudanças econômicas e sociais para Minas Gerais, de um momento que acarretou, ao fim e ao cabo, um maior amadurecimento de nossa democracia.

Hoje, sem dúvida, todos somos mais responsáveis, não só pelas expectativas de nossos eleitores, como também pela construção, como participantes, da vida política nacional.

Num mundo cada vez mais globalizado, já não podemos nos sentir imunes aos grandes problemas do planeta. Com nossos cidadãos sendo, infelizmente, compelidos à imigração ou mesmo a um período de trabalho no exterior, tivemos duas vítimas inocentes do terrorismo internacional, uma em Londres e outra no Iraque. Se não podemos prevenir as ações levadas a cabo em pontos distantes do mundo, temos de começar a pensar e a prever nossas reações diante de fatos que ultrapassam fronteiras e jurisdições.

Se as grandes catástrofes climáticas não nos atingiram, já convivemos com recordes de temperatura e alterações no regime de chuvas, que nos colocam em alerta para as conseqüências ambientais.

Pensando já no futuro e no aperfeiçoamento de nossas políticas públicas, esta Assembléia estará, no próximo mês, promovendo o 5º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais. Afinal, o uso consciente dos recursos hídricos é garantia de crescimento e de qualidade de vida para as próximas gerações.

Sendo este um ano de eleições, quando se conta com uma vigorosa expressão da sociedade no exercício de seu voto, o Poder Legislativo precisa reafirmar, nos trabalhos desta Casa, uma presença ativa diante dos desafios que nos aguardam.

Continuaremos com a nossa bandeira de defesa dos interesses econômicos e ambientais do Estado, bem como nossa abertura à participação popular, encaminhando soluções democráticas para os conflitos sociais.

É nossa independência que nos mantém como intérpretes e interlocutores de uma sociedade que deve ter respeitados seus anseios e opções, tanto cuidando do acompanhamento e controle da execução orçamentária como legislando em função da formulação das políticas do Estado.

Assim, confio no empenho de cada um dos colegas parlamentares para que tenhamos um ano legislativo de resultados positivos, refletindo nosso empenho no melhor andamento de nossos trabalhos.

Certamente, iremos submeter ao julgamento das urnas, com a cabeça erguida, a continuidade da maior parte de nossos mandatos, uma vez que os teremos cumprido com dedicação plena e inteira responsabilidade. Muito obrigado.

Leitura da Mensagem Governamental

O Secretário Danilo de Castro - Exmos. Srs. Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; Dr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Wanderley Ávila, Conselheiro Corregedor, tão conhecido desta Casa, representando o Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Cel. Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG; Marlene de Oliveira, Defensora Pública; Major Víctor Netto, representando o Parque Aeronáutico Lagoa Santa; Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo nesta Casa; Deputado Dilzon Melo, Líder do bloco, em cuja pessoa cumprimento a todos os Deputados e Deputadas aqui presentes.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao iniciar mais um período legislativo, em cumprimento à determinação da Constituição do Estado de Minas Gerais, e com o objetivo de assegurar a transparência das ações do governo e o pleno êxito dos direitos de informação e fiscalização, encaminho a esta egrégia Assembléia Legislativa a presente mensagem. Mas, antes, não poderia deixar de trazer aqui o agradecimento, em nome do Governador Aécio Neves, que tem, reiteradas vezes, agradecido a presença desta Assembléia nos grandes momentos do governo de Minas e a ela creditado grande parte do êxito deste governo. Aos Srs. Deputados, em nome do governo, o nosso muito obrigado. (- Lê:)

Em 2003, após o rigoroso ajuste promovido pelo choque de gestão, o déficit fiscal foi de R\$283.000.000,00, contra uma expectativa inicial de resultado negativo em R\$2.400.000.000,00. Em 2004, o Estado de Minas Gerais alcançou o equilíbrio fiscal, com um superávit de R\$91.000.000,00, e, em 2005, o superávit, em trajetória crescente, foi ampliado para R\$221.000.000,00. Alguns efeitos imediatos do equilíbrio foram o retorno à normalidade do pagamento da despesa de pessoal, a reinserção do Estado no mercado de crédito e a recuperação da credibilidade com os fornecedores e demais parceiros. Além disso, o expressivo resultado de 2005 possibilitará o atendimento à histórica e justa reivindicação das tabelas salariais dos servidores.

A ampliação da receita em 2005 foi de R\$3.700.000.000,00 em relação ao ano anterior, já que as receitas decorrentes de fontes próprias do Estado responderam por 88,5% desse aumento, o que caracteriza um ajuste estrutural que não depende de transferências voluntárias da União ou de outras receitas freqüentemente incertas.

Sras. e Srs. Deputados, a evidência mais notável, única, do equilíbrio fiscal mineiro, com absoluta certeza, é o acentuado incremento nos investimentos observado no período. Ao contrário do usual em políticas fiscais contractionistas, em que o ajuste ocorre nas despesas de capital, Minas ampliou os investimentos de 2004 para 2005 em 79%, atingindo R\$2.700.000.000,00, dobrando o investimento em relação a 2003.

E o Estado demonstra eficiência. Mudamos a máxima de que o setor público não consegue realizar, mesmo dispondo de recursos: 91% dos investimentos autorizados foram executados, e, ao se considerarem os investimentos inicialmente previstos para 2005, a execução alcançou expressivos 215%.

Vejamos, portanto, dados relevantes sobre as principais realizações do governo no ano que passou, com destaque para os projetos estruturadores.

Na infra-estrutura rodoviária, 7.500km das rodovias estaduais pavimentadas sofreram intervenção desde 2003, o que representa 54% da malha conservada pelo DER. Conforme previsto no Pro-MG, houve a recuperação funcional de 5.000km em 2005, com investimentos de R\$130.000.000,00.

Já o Pro-Acesso, cujo objetivo é a pavimentação de ligações e acessos rodoviários aos Municípios, investiu R\$280.000.000,00 em 2005, beneficiando 70 Municípios, 19 dos quais com acesso concluído, e o restante em fase de conclusão. Para implementar os corredores radiais de integração e desenvolvimento, houve a entrega da modelagem PPP da MG-050, e R\$10.600.000,00 foram investidos em serviços de manutenção e conservação no período anterior à concessão, prevista para este ano.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os investimentos em transporte incluíram a restauração e adequação da MG-424, licitação para duplicação da MG-020, e iniciou-se a construção da Linha Verde, maior obra viária da RMBH, que alterará o padrão de desenvolvimento de Minas com a atração de investimentos e negócios para o Estado. A Linha Verde é acompanhada por uma estratégia de desenvolvimento da região, com a criação da Plataforma Logística de Comércio Exterior na RMBH, que transformou o Aeroporto Internacional Tancredo Neves no primeiro aeroporto industrial do Brasil e promoveu o início das obras do moderno centro de manutenção da Gol.

Na eletrificação, o Programa Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro permitiu a conclusão de 557km, permitiu a conclusão de rede de média tensão, o que representará um choque de competitividade para o agronegócio e outras atividades da região que dependem de maior capacidade energética para o desenvolvimento. A universalização do acesso prevista no Programa 100% Eletrificação em Minas Gerais avançou em 2005 com a ligação de 45.229 consumidores, fornecimento de energia elétrica a 1.184 assentados rurais e 1.192 escolas estaduais e municipais, que hoje já contam com energia disponível.

Na área de fomento ao desenvolvimento econômico, o Estado avançou no Programa Empresa Mineira Competitiva, com a liberação de financiamentos no valor de R\$40.000.000,00 para 107 empresas e implantação do Minas Fácil em Belo Horizonte. Agora, é possível abrir uma empresa na Capital em apenas oito dias corridos, menor prazo do País. As medidas de simplificação adotadas no Estado, associadas à desoneração fiscal de mais de 150 produtos ocorrida em 2005, que contaram com a participação decisiva desta Casa, melhoraram sensivelmente o clima de investimento. Para as empresas dispostas a investir em Minas, há linhas de crédito exclusivamente estaduais, que aplicaram aproximadamente R\$500.000.000,00 em 2005, aumento de 94% em relação a 2004.

O potencial cultural e turístico do Estado também é um importante fator de desenvolvimento. Nesse sentido, em 2005 houve importantes iniciativas dentro do Programa Circuito Cultural Praça da Liberdade, com a definição dos parceiros e preparação para implementação dos centros culturais para os prédios que abrigavam as Secretarias de Fazenda e de Defesa Social, o Centro de Referência do Professor e a Reitoria da UEMG, todos com obras iniciando-se este ano.

O Estado de Minas deu um dos mais significativos passos para o desenvolvimento social, ao priorizar a Agenda de Segurança, conseguindo, em 2005, uma significativa redução da criminalidade.

Após anos de crescimento da criminalidade violenta no Estado, 2005 marcou o início efetivo de redução nesse índice. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a consistente queda no número de homicídios já reflete os resultados da estratégia do governo na segurança. Em 2005, o Estado investiu na área de segurança pública 136% a mais do que em 2004.

Os investimentos em equipamentos para a polícia e a ampliação de vagas do sistema prisional atingiram, até agora, R\$250.000.000,00 e atingirão, até o final do ano, mais R\$176.000.000,00.

Na infra-estrutura prisional, houve ampliação de vagas e modernização da gestão do sistema com a construção de quatro penitenciárias e a

ampliação de outras duas, a construção de dois presídios, a reforma de 17 cadeias e o estabelecimento de uma Apac. O número de vagas criadas, a partir de 2003, no sistema prisional duplicou sua capacidade, comprovando novamente a eficácia do governo e a atenção dedicada à segurança pública. Até o final do ano, estaremos com esse número triplicado.

Medidas corretivas na área da segurança são necessárias, mas o desenvolvimento social depende, sobretudo, de pesados investimentos em educação. Nesse sentido, o Estado de Minas criou, em 2005, 177.460 vagas para alunos de 6 anos, dando prosseguimento a essa iniciativa pioneira no País.

Quanto ao ensino médio, em vista das metas da promoção de sua universalização com qualidade, houve expansão das oportunidades de acesso, garantindo vaga nesse nível a todos os concluintes do curso fundamental e atendendo à demanda de todos os jovens-adultos situados na faixa de 15 a 24 anos. Foram instalados energia elétrica, água potável e esgotamento em todas as escolas rurais, e, mais uma vez, ampliando iniciativa pioneira, o governo do Estado adquiriu 2.700.000 livros didáticos de Física, Química e Biologia para todos os alunos, e de Português e Matemática para os novos alunos.

Em relação à saúde, houve o lançamento do Programa Saúde em Casa, com investimentos de R\$48.000.000,00 por ano para qualificação de pessoal, obras nos postos de saúde, compra de equipamentos e material de consumo, beneficiando 3 mil equipes do Programa Saúde da Família - PSF - em 771 municípios mineiros.

Com o intuito de promover a regionalização da assistência à saúde, houve fortalecimento e melhoria dos hospitais do SUS (Pro-Hosp), beneficiando 120 hospitais com investimentos da ordem de R\$50.000.000,00. Foram entregues 914 ambulâncias; mais de 30 UTIs móveis para a Fhemig e para os consórcios intermunicipais de saúde, além de 30 unidades de resgate para o Corpo de Bombeiros. Investimentos da ordem de R\$20.000.000,00 foram realizados para a maior obra de reforma de estrutura física do Hospital João XXIII, maior instituição da América Latina especializada em traumas, contribuindo assim para a estruturação da rede assistencial no Estado.

O programa de saneamento Mais Saúde para Todos atendeu 115 mil residências com acesso a água, beneficiando cerca de 400 mil pessoas e 59 mil residências com rede de esgoto, atendendo cerca de 208 mil pessoas. Um total de 1.500 módulos sanitários foi instalado para 5 mil pessoas sem acesso aos serviços básicos de saneamento.

A assistência social é, hoje, Sr. Presidente, uma importante dimensão da política pública de desenvolvimento, e várias ações vêm sendo implantadas em Minas nessa direção. Em continuação ao projeto de inclusão social de famílias vulnerabilizadas, iniciado em 2004, houve, no ano que passou, a realização de três campanhas de combate à violência e à exploração sexual, a qualificação de recursos humanos para gestão e controle da política, a implantação de seis casas-lares, totalizando hoje 60 casas, e de 170 Centros de Referência em Assistência Social - Cras.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em atendimento às exigências do Sistema Único de Assistência Social - Suas -, foi aprovado o modelo da política de descentralização da assistência social. Em relação à habitação popular, por meio do Programa Lares Geraes, 10.108 unidades habitacionais foram contratadas e estão em construção, com previsão de entrega em maio deste ano.

O Programa Minas sem Fome beneficiou 50 mil famílias em projetos de lavouras comunitárias, 256 mil famílias em projetos de horticultura, 47 mil famílias em projetos de pomares, 45 mil famílias em projetos de criação de pequenos animais, e foi implantada uma fábrica do Vita-Sopa em Janaúba.

Outra ação, com vistas à capacitação e à inclusão no mundo do trabalho, foi o programa de inclusão digital, com a montagem de 22 Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs -, a implantação de 320 telecentros em seis Municípios, a montagem de uma unidade móvel e a participação, na Mostra de Tecnologia da Informação do Brasil, na França, por ter sido considerado o maior projeto de inclusão digital do País para inclusão social.

A questão ambiental, bem como a dimensão econômica e a social, formam os três pilares condutores do padrão de desenvolvimento sustentável integrantes da visão de Minas Gerais para o século XXI. Sete unidades regionais colegiadas foram implantadas para a descentralização do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, permitindo, assim, um processo de gestão ambiental mais próximo da sociedade.

O Programa Minas sem Lixões levou a uma ampliação, nos últimos três anos, de 100% no número de pessoas beneficiadas, atingindo 5 milhões de habitantes das áreas urbanas com sistemas tecnicamente adequados de disposição final de lixo, capacitações por meio de seminários direcionados aos agentes municipais e sensibilização de 496 Prefeituras possuidoras de lixões. O Programa de Vigilância Ambiental foi implantado e buscou-se investir na recomposição florestal com mata nativa e proteção de nascentes em 88 unidades.

Com vista à revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, destacam-se o georreferenciamento de todos os pontos de emissão de esgoto dos municípios da bacia do Rio das Velhas, seu principal afluente, e a definição das redes de quantidade e qualidade de água dos grupos de sub-bacias do São Francisco. Os investimentos em saneamento nessa bacia atingiram R\$147.000.000,00 em 2005.

Por fim, Srs. Deputados, cumpre-nos salientar que todos os resultados alcançados foram fruto do esforço de se promover uma gestão eficiente. Para isso, o Estado vem aprimorando o choque de gestão com investimentos em pessoas, na qualidade e na inovação na administração pública. Em 2005 houve a publicação de dez leis de carreira na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a conclusão do primeiro período de avaliação de desempenho individual dos servidores, a assinatura de mais de dez acordos de resultados, a qualificação de mais 30 Oscips, a publicação das tabelas salariais das carreiras da educação básica, da educação superior e da saúde e a qualificação de 4.626 servidores do Estado e do governo.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, a essa egrégia Casa, que é a nossa Assembléia Legislativa, desejo que os investimentos que estamos realizando em Minas e os inúmeros avanços conquistados revertam em resultados e promovam a verdadeira transformação na vida de todos. O governo do Estado reitera o compromisso central assumido com os mineiros: tornar Minas o melhor Estado para se viver, trabalhando com responsabilidade e seriedade para gerar prosperidade para os que vivem e trabalham em nossa terra. Minas, em 2005, cresceu mais que a média nacional. Batemos recordes nas exportações e na criação de empregos. Em 2006, as escolas mineiras estarão novamente abertas às crianças de 6 anos. Os indicadores de criminalidade continuarão em acentuada queda.

Os jovens receberão novos livros para estudar; os cidadãos terão melhor atendimento na rede de saúde, e estou certo, Sras. e Srs. Deputados, com o investimento do governo em infra-estrutura, atingiremos novos recordes na economia. Assim, Minas será mais forte, mais equilibrada e mais justa. Aécio Neves da Cunha, Governador do Estado de Minas Gerais".

Ao passar esta mensagem às mãos do Presidente da Assembléia, reiteramos o agradecimento do Governador Aécio Neves a esta egrégia Casa e aos senhores pares. Muito obrigado.

Neste momento, quero passar às mãos do Presidente a mensagem de S. Exa. o Governador do Estado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 29ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 15/12/2005

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.669/2005 (relator: Deputado Paulo Cesar), e 2.790/2005 (relator: Deputado Roberto Ramos), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3), em que solicita seja realizada visita desta Comissão à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, juntamente com a Subsecretaria de Direitos Humanos e representantes de entidades de defesa dos direitos humanos, para debater possíveis alterações na estrutura do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos - CAO-DH -; sejam enviados ofícios ao CAO-DH, encaminhando o relatório, as fotografias e a fita de vídeo com as gravações realizadas durante a visita desta Comissão ao 2º Distrito Policial de Contagem, em 13/12/2005, solicitando que se reitere a interdição desse estabelecimento prisional e a adoção de medidas judiciais para que as vagas surgidas com o término das obras do anexo da Penitenciária Nelson Hungria sejam reservadas para os presos de Contagem; ao Juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem, solicitando-lhe a imediata interdição da carceragem do 2º Distrito Policial de Contagem, em razão de superlotação e de insalubridade no local; e Durval Ângelo e Paulo Cesar, em que solicitam seja enviada à Defensoria Pública da Comarca de Contagem os documentos acima mencionados, relativos à visita ocorrida na referida data. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2006.

Durval Ângelo, Presidente - Paulo Cesar - Doutor Ronaldo.

ATA DA 29ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 21/12/2005

Às 9h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo, João Leite e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.809/2005, em turno único, para o qual designou o Deputado Sávio Souza Cruz como relator da matéria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.873 e 5.888/2005. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Laudelino Augusto e Sávio Souza Cruz em que solicitam seja realizada visita, seguida de audiência pública, à área de nascentes do Córrego Palmital, afluente do Rio Pará, no Município de Cláudio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente - João Leite - Doutor Ronaldo - Márcio Kangussu.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 2ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 16/2/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.748/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 019/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A., com destinação ao Estado do Rio de Janeiro.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.749/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 018/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A., com destinação ao Estado de São Paulo.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.837/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.285/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.499/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 16/2/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/2/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de convocação

21ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rêmoló Aloise, Rogério Correia, Fábio Avelar, Antônio Andrade, Luiz Fernando Faria e Elmiro Nascimento, membros da Mesa da Assembléia, para a reunião a ser realizada em 16/2/2006, às 11 horas, no Salão Nobre.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 15 de fevereiro de 2006.

Mauri Torres, Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marlos Fernandes, Doutor Viana, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/2/2006, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2006.

Padre João, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.650/2005

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em tela tem por objeto dar a denominação de Gumercindo Costa à rodovia que liga os Municípios de Vargem Grande do Rio Pardo e Santo Antônio do Retiro.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1 que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Gumercindo Costa, natural de Rio Pardo de Minas, destacou-se na vida pública por sua reputação ilibada e pelos relevantes serviços prestados à sua terra natal. Entre os cargos que ocupou, destacam-se os de Promotor Público, Juiz de Paz, Professor, Vereador e Prefeito Municipal, todos exercidos com competência e senso de justiça.

Em vista disso, entendemos justo e oportuno que se lhe seja prestada a homenagem pretendida pela proposição em análise.

Por fim, a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça dá nova redação ao art. 1º, suprimindo seu parágrafo único, com o objetivo de retirar do texto legal a obrigação de identificação da rodovia, por se tratar de atividade administrativa inerente às atribuições do DER-MG.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.650/2005, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2006.

Roberto Carvalho, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.275/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.275/2005, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que declara de utilidade pública o Conselho de Crianças para Preservação do Homem, do Ar, das Águas, das Matas, dos Animais e Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural, com sede no Município de Pitangui, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.275/2005

Declara de utilidade pública o Conselho de Crianças, com sede no Município de Pitangui.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Crianças, com sede no Município de Pitangui.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de dezembro de 2005.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Djalma Diniz.

COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que esta subscreve, tendo sido eleito por esta Casa Legislativa para a vaga aberta de Conselheiro do Tribunal de Contas, em 8/3/2005, e nomeado para o citado cargo pelo Governador do Estado, em 12/3/2005, conforme publicação no diário oficial do Estado, vem pela presente, nos termos do art. 51 do Regimento Interno, renunciar ao seu mandato eletivo de Deputado Estadual, a partir de 16/2/2006, para o fim específico de posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2006.

Antônio Carlos Andrada

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/2/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 8.443, de 6/9/1983, 9.384, de 18/2/1986, e com a Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, Antônio Carlos Doorgal de Andrada, do cargo em comissão de Escrevente Parlamentar, do Grupo de Execução de Apoio à Administração desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Sebastião Helvécio

nomeando Gerson José Alves para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 4 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Brisa Locadora Ltda. Objeto: locação de veículos. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação contratual. Vigência: 12 meses a partir de 23/2/2006. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Instituto Hermes Pardini Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Objeto deste aditamento: altera a razão social do contratado. Vigência: a partir da data de assinatura.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Município de Itacarambi. Objeto: instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia. Vigência: 10 anos a partir da data da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mega Power Energia e Informática Ltda. Objeto: manutenção preventiva e assistência técnica, incluindo a reposição de componentes defeituosos, em "no-break" senoidal inteligente, da marca Engetron, modelo Double Way - Trimono 8KVA Objeto deste aditamento: segunda prorrogação, com manutenção do preço. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900.